

Mudanças no Guia para Implementação do Programa Bahia de Integridade Pública

O guia constitui um instrumento de referência para gestores do Poder Executivo do Estado da Bahia. Ele visa promover a integridade na administração pública estadual.

Elaborado pela Auditoria Geral do Estado (AGE), o documento apresenta orientações práticas para implementação do PBIP. O objetivo é construir uma cultura ética, transparente e responsável.

 **por GEPRE AGE**



SECRETARIA DA
FAZENDA

AUDITORIA GERAL
DO ESTADO

Premissas: Revisão dos Elementos Gráficos e Simplificação de Procedimentos



Imagens facilitam o entendimento e atraem a atenção

Transformam informações complexas em representações visuais simples e intuitivas. Tornam o material mais dinâmico e engajante para os servidores públicos.



Melhor memorização e facilidade de navegação

Elementos visuais são retidos na memória com mais facilidade que textos. Guiam os leitores pelo conteúdo, facilitando a localização e compreensão das instruções.



Procedimentos mais claros e diretos

A simplificação de procedimentos torna as tarefas mais fáceis, rápidas e eficientes, auxiliando o fomento da mudança de cultura institucional.



Documentos mais simples

Maior clareza e facilidade de compreensão nos documentos a serem elaborados.

QUEBRAS DE INTEGRIDADE

Ação humana praticada por pessoa ou grupo



Viola os princípios da administração pública, destacando-se como uma quebra à impessoalidade ou moralidade



Geram dano à confiança pública, enfraquecendo a credibilidade nas instituições e nos agentes públicos.



Envolve sempre desvio da finalidade pública ou do serviço público a ser entregue ao cidadão



Ato quase sempre doloso



RISCOS DE INTEGRIDADE



NEPOTISMO



PREVARICAÇÃO



CORRUPÇÃO



ASSÉDIO



CONCESSÃO



CONFLITO DE INTERESSE



VAZAMENTO DE INFORMAÇÃO



ADVOCACIA ADMINISTRATIVA



ABUSO DE PODER



PRESSÃO ILEGAL PARA INFLUENCIAR AGENTE PÚBLICO



PECULATO



DESRESPEITO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO



TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Benefícios do Programa Bahia de Integridade Pública



Prevenção de Fraudes

Redução significativa de riscos de fraudes, corrupção e desvios éticos.



Confiança Institucional

Fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas.



Eficiência na Gestão

Otimização de recursos e processos mais transparentes para melhores serviços.



Ambiente Ético

Promoção de ambiente baseado em valores éticos entre servidores públicos.

Estrutura do Programa

Benefícios do Programa Bahia de Integridade Pública



Prevenção de corrupção desvios ou fraudes

Reduz práticas ilícitas ao promover condutas éticas e transparentes, com mecanismos eficazes de prevenção e controle



Eficiência e qualidade dos serviços públicos

Melhora a gestão, reduz burocracia e desperdícios auxiliando na tomada de decisões mais ágeis e eficazes



Transparência e prestação de contas

Facilita o acesso à informação e o acompanhamento das ações públicas pela sociedade



Fortalecimento da imagem institucional

Reforça a confiança da população ao projetar uma imagem positiva e comprometida com a integridade



Conformidade legal e normativa

Garante o cumprimento das leis, evitando penalidades e promovendo a ética pública



Fomento ao desenvolvimento econômico

Cria um ambiente mais confiável para negócios e investimentos, estimulando parcerias e crescimento



Respeito aos direitos humanos

Promove práticas justas e igualitárias, prevenindo violações e discriminações



Desenvolvimento sustentável

Contribui para o uso adequado dos recursos naturais e o equilíbrio entre o crescimento econômico, social e ambiental

Diretrizes do Programa Bahia de Integridade Pública



Figura. Elaboração própria

Transparência Pública e Controle Social



Divulgação de Dados Abertos

Disponibilização de conjuntos de dados em formato aberto e acessível ao público.



Participação em Conselhos Consultivos

Envolvimento de cidadãos em grupos que contribuem para tomadas de decisão.



Audiências e Consultas Públicas

Realização de eventos para discussão de políticas e projetos importantes.



Canal de Denúncias

Implementação de canal para recebimento de relatos de irregularidades.

A transparência atua como preventora de irregularidades na administração pública. Funciona como antídoto contra corrupção e mecanismo indutor de responsabilidade.

Diligência Prévia (Due Diligence)

Análise e Avaliação

Processo preventivo que identifica riscos de integridade nas relações com terceiros.

Identificação de Riscos

Verificação de possíveis situações de corrupção, fraude ou desvios éticos.

Verificação Criteriosa

Análise aprofundada de parceiros para garantir conformidade com padrões éticos.

Proteção Institucional

Fortalecimento da integridade através de procedimentos sistemáticos de verificação.

Equidade, Diversidade e Inclusão



Diversidade Enriquecedora

Estimula troca de conhecimentos e experiências, promovendo inovação e criatividade.



Celebrando a Diferença

Melhora o respeito entre membros da equipe, coibindo atitudes discriminatórias.



Eventos e Campanhas

Promoção de atividades voltadas para conscientização e celebração da diversidade.



Treinamentos Periódicos

Identifica, previne e lida com situações de assédio e discriminação no ambiente público.

Conceitos Fundamentais de EDI

Equidade

É tratar as pessoas de forma justa, considerando diferenças e necessidades individuais.

Exemplo: Proporcionar mais apoio a quem teve menos oportunidades, para alcançar objetivos comuns.

Diversidade

É a presença de pessoas diferentes em um mesmo espaço (cor, gênero, idade, cultura).

Exemplo: Uma equipe formada por pessoas de variadas origens e vivências.

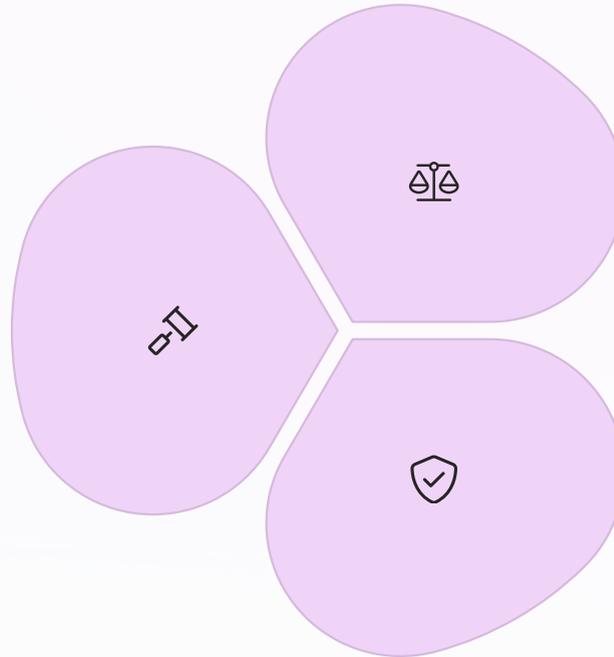
Inclusão

É garantir que todas as pessoas sejam valorizadas e participem ativamente.

Exemplo: Adaptar o ambiente para participação plena de pessoas com deficiência.

Estímulo à Adoção de Planos de Integridade por Terceiros

Obrigação para contratadas
Exigência legal para empresas
que se relacionam com o
poder público



Elevando o padrão ético

Incentivo à conformidade e boas
práticas de governança

Prevenindo fraudes

Medidas para prevenir atos
ilícitos em contratos
administrativos

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e o Decreto Estadual estabelecem novas exigências. Empresas devem adotar programas de integridade para contratar com o Estado.

Estímulo à Adoção de Planos de Integridade por Terceiros

-  **Eventos para Fornecedores**
Workshops, seminários e treinamentos que promovem práticas de integridade entre fornecedores.
-  **Comunicação Ativa**
Feedback construtivo que fortalece o compromisso com a integridade durante execução contratual.
-  **Disseminação da Cultura**
Parcerias estratégicas que ampliam o alcance das iniciativas de integridade pública.

Incentivar a integridade entre fornecedores do setor público envolve eventos educativos. A comunicação ativa fortalece boas práticas no ambiente contratual.

Auditoria e Monitoramento Contínuo



Avaliação Contínua

Processo de monitoramento e auditorias rotineiras permanentes



Pesquisa de Percepção

Avaliação anual da maturidade em temas de integridade pública



Verificação Periódica

Acompanhamento do cumprimento das ações planejadas



Ajustes e Melhorias

Correções e aprimoramentos baseados nos resultados obtidos

A solidez do Programa de Integridade se mede pela sua efetividade. As avaliações identificam se o programa funciona conforme planejado.

ETAPAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE



Como Implementar o Programa Bahia de Integridade Pública



Comprometimento

Obtenção de apoio formal da alta administração



Comissão

Designação da equipe responsável pela implementação



Diagnóstico

Análise da situação atual e identificação de riscos



Plano

Elaboração do documento estratégico com ações definidas

A implementação ocorre através da realização de atividades específicas. O Plano de Integridade estabelece medidas para prevenir e combater desvios de conduta.

Plano de Integridade



Informações do Órgão

Identificação, bases normativas, competências, serviços e estrutura organizacional do órgão.



Comissão de Integridade

Portaria de designação, competências e integrantes responsáveis pela implementação.



Compromisso Formal

Declaração assinada pelo Dirigente Máximo demonstrando apoio da alta administração.



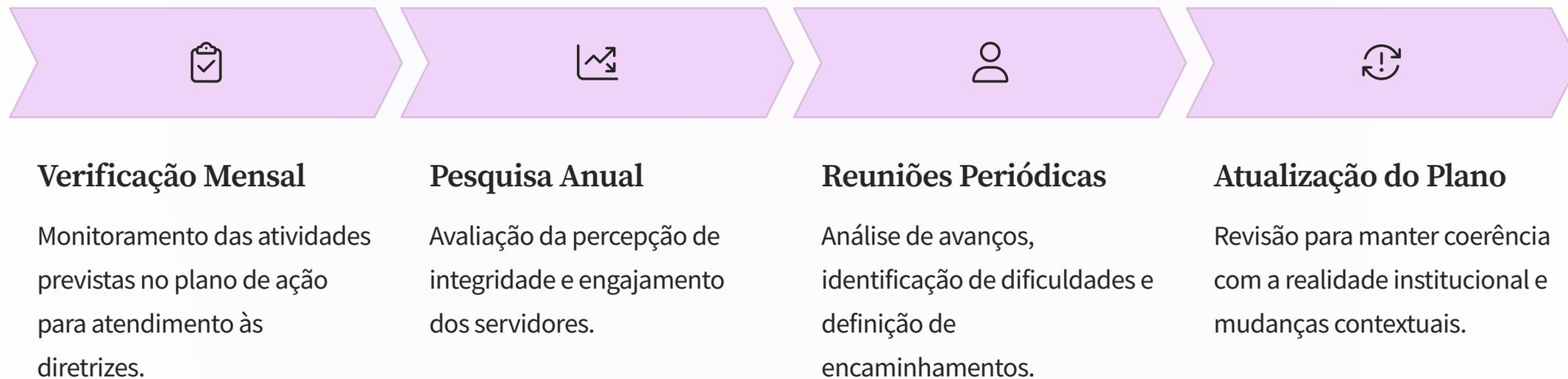
Diagnóstico e Plano de Ação

Análise do estágio atual e atividades para atendimento às diretrizes do Programa.

O Plano é o documento estratégico que consolida informações sobre a instituição. Deve ser atualizado anualmente para incorporar ajustes e melhorias.

Execução e Acompanhamento do Plano de Integridade

A execução e acompanhamento do Plano de Integridade são responsabilidades essenciais da Comissão de Integridade Pública. Este processo vai além do monitoramento, incluindo atividades que fomentam a cultura de integridade institucional.



O processo deve ser contínuo e colaborativo, registrando aprendizados, superando desafios e fortalecendo progressivamente as práticas de integridade no órgão.

Suporte Contínuo para Implementação do PBIP

A Auditoria Geral do Estado (AGE), através da Gerência de Controle Preventivo e Transparência (GEPRE), está inteiramente disponível para orientar a implementação do Programa Bahia de Integridade Pública.



Orientações Técnicas

Elaboração e divulgação de manuais e normas para apoiar sua implementação.



Avaliação de Produtos

Análise dos resultados de cada etapa, com ênfase no Plano de Integridade.



Monitoramento

Acompanhamento contínuo do progresso do Programa nas unidades estaduais.



Assessoramento

Suporte permanente para desenvolvimento e aprimoramento das práticas.

Estamos comprometidos com a consolidação de uma gestão íntegra, transparente e acessível a toda sociedade.

Contatos para suporte:

gepre@sefaz.ba.gov.br

(71) 3115-2538/2416/2597